

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balanço patrimonial	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

1.1. Apresentação e contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“AENA Brasil”, “ANB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico e foi constituída em 30 de maio de 2019, com sede na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.030-300, Recife - Pernambuco, Brasil. É uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“AENA Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha.

A AENA Desarrollo é uma subsidiária da Aena, SME, S.A. (“Grupo AENA”), uma Companhia cotada na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha e que por meio da AENA Desarrollo também participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

O Grupo AENA simboliza um modelo de sucesso em gestão internacional com projeção marcante na Ibero América, cujo último evento foi vencer o leilão para adquirir a concessão do grupo SP/MS/PA/MG, que inclui o aeroporto de Congonhas em São Paulo e mais outros 10 aeroportos, em 2022, os quais são geridos pela Bloco Onze Aeroportos do Brasil S.A. (“BOAB”).

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) e a Companhia assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019, com o objeto da Concessão junto ao “Poder Concedente” dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre – SBRF;
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares – SBMO;
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP;
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR;
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG; e
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU.

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia de 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão – apreciação e decisão pela ANAC, procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão será implementado nas seguintes fases:

Fase 1-A: Mediante acordo entre Aeroportos do Nordeste do Brasil, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, o processo de assunção dos aeroportos do bloco Nordeste deu-se de forma escalonada visando mitigar impactos operacionais, fase concluída no primeiro trimestre de 2020.

Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Fase concluída em 2023.

Fase 2: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão, para atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previstos no contrato de concessão.

1.2. Principais eventos

Reflexos pandemia COVID-19

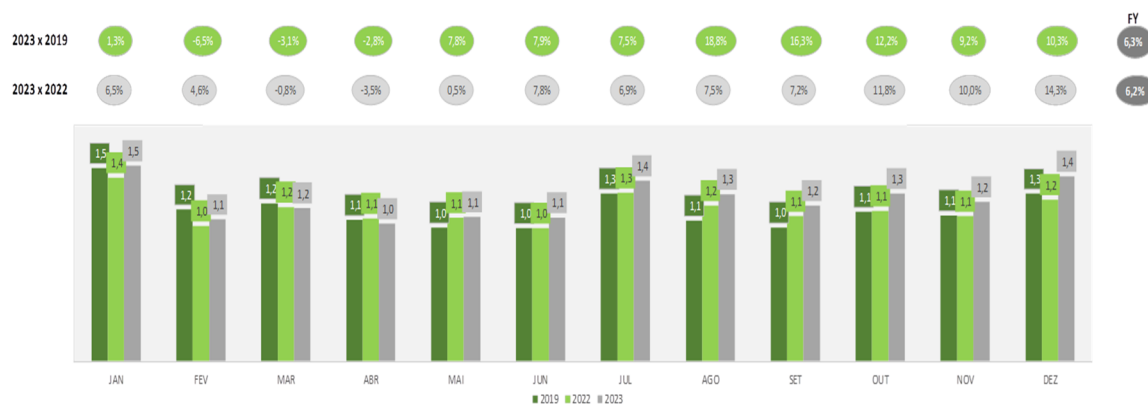
Como é conhecido, em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o 1º caso de corona vírus no Brasil, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente a pandemia do Covid -19 e em 20 março de 2020 o Governo Federal decretou o Estado de Calamidade Pública, e que possibilitou adotar medidas emergenciais para auxiliar a economia, saúde pública e a população brasileira.

Após a melhoria observada no segundo semestre 2020, a pandemia voltou se a agravar a partir de fevereiro 2021 e a segunda onda durou até o segundo trimestre 2021. No entanto, a campanha de vacinação teve um impulso no segundo trimestre 2021 e até o final de setembro 2021 o número de casos havia caído em praticamente todos os estados. Acompanhando a melhora da situação epidemiológica, no final do terceiro trimestre de 2021, foram levantadas a maior parte das restrições de mobilidade e atividade aplicadas pelos estados e municípios em que a ANB atua. A variante Ômicron não teve incidentes significativos no ano, fechando o tráfego do mês de dezembro de 2021 com aumento de 1,5% em relação ao tráfego do mesmo mês do ano de 2019.

Entre o fim de 2021 e início de 2022 a variante Ômicron provocou um pico de infecções, o que fez com que as medidas sanitárias fossem mantidas nos aeroportos até meados de agosto 2022. Em contrapartida o tráfego doméstico manteve o ritmo de recuperação, e no segundo semestre de 2022 ficou evidenciado a equiparação com os dados de 2019.

Em 2023, o ritmo de recuperação do tráfego foi mais evidente comparados ao período pré – pandêmico. O comportamento do volume de tráfego entre os anos de 2019 a 2023, pode ser observada no gráfico abaixo, que demonstrada em 2023 a recuperação do tráfego aos mesmos patamares de 2019, superando em cerca de 6% os números pré-pandêmicos. Em comparação com o ano de 2019, a Companhia fechou com aumento de 6,5%. A Administração avalia que a recuperação do tráfego doméstico e o retorno parcial das rotas internacionais foram fatores determinantes para a recuperação.

Tráfego de passageiros 2023 vs 2019 (nível pré pandemia) e 2023 vs 2022



Fonte: 2019 – ANAC
Fonte: 2020 a 2023- AENA Brasil

Processo de reequilíbrio econômico-financeiro

O contrato de concessão firmado pela ANB com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), estabelece na cláusula nº 5.2 que eventos de força maior ou fortuitos são riscos do poder concedente (exceto aqueles que podem ser cobertos por seguro) e podem dar lugar a Revisão Extraordinária, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou receitas da Concessionária.

Por sua vez, o artigo nº 6.23 do Contrato de Concessão prevê que os procedimentos de Revisão Extraordinária visam restabelecer o equilíbrio do Contrato, a fim de compensar as perdas ou lucros creditados à Concessionária, pela ocorrência de determinados eventos, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou rendimentos da Concessionária.

De acordo com o disposto no Contrato de Concessão, considerando também as interpretações feitas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia de COVID-19, bem como a legislação aplicável ao caso, a ANB vem apresentando à ANAC pedidos de conciliação econômico-financeira, pelo montante dos desequilíbrios estimados nos exercícios de 2020 a 2023.

A ANAC aprovou as solicitações correspondentes aos exercícios de 2020, 2021 e 2022, respectivamente no final dos períodos seguintes, concluindo que os fatos narrados se enquadram na matriz de risco contratual. Os montantes de desequilíbrio reconhecidos foram:

- Exercício 2022, aprovado em 2023: R\$ 38,4 milhões antes de impostos; e
- Exercício 2021, aprovado em 2022: R\$ 46,0 milhões antes de impostos; e
- Exercício 2020, aprovado em 2021: R\$ 69,7 milhões antes de impostos.

Este desequilíbrio será compensado da seguinte forma:

- Aumento desde janeiro de 2022 nas tarifas de embarque nacionais e internacionais nos aeroportos do Recife (R\$ 2,50/passageiro) e Maceió, Aracaju e João Pessoa (R\$ 2,20/passageiro), acima do teto tarifário contratual aplicável a esses aeroportos. A partir de janeiro de 2023, esses valores aumentaram para R\$ 7,42/passageiro em Recife, R\$ 3,27/passageiro em Maceió, R\$ 4,61/passageiro em João Pessoa e R\$ 2,92/passageiro em Aracajú, com reajuste pelo IPCA para os anos seguintes; e
- Eliminação da contribuição anual variável. Essa contribuição a pagar ao Fundo Nacional de Aviação Civil é determinada em percentual da receita da concessão, a partir do 5º ano completo da concessão (2024) e até sua conclusão;

As medidas serão aplicadas até o esgotamento do desequilíbrio, que será atualizado pelo IPCA (Índice de Preços no Consumidor Amplo) e pelo WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) contratual de 8.86%; e

Uma vez concluído o processo de aprovação do reequilíbrio 2022, a ANB iniciou o processo de solicitação do desequilíbrio do ano 2023 no entendimento de que circunstâncias semelhantes às do ano 2022 continuaram prevalecendo. Assim, em dezembro de 2023 foi apresentado um pedido de reequilíbrio com base em uma estimativa do EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ao final do exercício, com metodologia de cálculo e condições de reequilíbrio semelhantes às dos exercícios 2020, 2021 e 2022.

Obras fase 1-B

As obras da fase 1-B ou “obras de melhorias e expansão dos terminais”, concluídas em 2023, refletiram em:

- **Lado Terra** – ampliação da capacidade de processamento de passageiros e bagagens nos aeroportos, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, provendo área e equipamentos adequados; e
- **Lado Ar** – (i) ampliação das áreas de movimento de aeronaves; (ii) instalação sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens; (iii) adequações de infraestrutura necessárias habilitando os aeroportos a operar, no mínimo, aeronaves código 3C em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno; (iv) implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem; (v) recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% (cem por cento) da bagagem despachada da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos.
- As obras foram iniciadas nos 6 aeroportos no primeiro trimestre de 2022, em dezembro de 2023, foram concluídas todas as entregas obrigatórias previstas no Contrato de Concessão, restando apenas alguns serviços complementares que estão em execução com planejamento para finalização no 1º trimestre de 2024 no Aeroporto de Recife. No caso dos Aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro, já foram iniciadas as contratações e execução dos itens remanescentes, os quais contemplam apenas de entregas não obrigatórias pelo Contrato de Concessão.
- Desta forma, a Administração avalia que não existiram descumprimentos de suas obrigações contratuais, uma vez que todos os investimentos mandatórios foram finalizados nos prazos.

A maior parte das obras foi estruturada em regime EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) divididos em blocos de aeroportos visando mitigar riscos: Bloco 1 - Aeroporto de Recife, Bloco 2 – Aeroportos de João Pessoa e Campina Grande e Bloco 3 - Aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro do Norte. Os contratos EPC foram adjudicados, em 2021, a consórcios de construtoras e empresas de engenharia, sendo assinados os correspondentes aos Blocos 1 e 2 em dezembro de 2021, e o do Bloco 3 em fevereiro de 2022. No primeiro semestre de 2022 foram firmados os contratos para fornecimento das instalações complexas, como o sistema de tratamento de bagagens, pontes de embarque e equipamentos de segurança.

O valor global dos investimentos para os 6 aeroportos soma aproximadamente R\$ 1.400 milhões para a realização das seguintes intervenções:

- **Recife:** As intervenções contemplaram a reforma interna de diversas áreas do edifício terminal para implantação de escritórios, *back office*, banheiros, estabelecimentos comerciais, novo sistema de processamento de bagagens, entre outros, bem como a ampliação da sala de embarque remota sul e da expansão norte do terminal (pier), o qual será utilizado para atendimento de voos domésticos e internacionais com novas 4 pontes de embarque. Além disso, foram realizados investimentos do lado ar, como a implantação de RESAS, ampliação do pátio de aeronaves e *taxiways* e construção de 7 novos hangares.
- **João Pessoa:** Do lado ar, foram entregues novas posições na nova plataforma de aeronaves e implantação das RESAS. Dentro do edifício terminal, foram postos em serviço o novo canal de inspeção de passageiros, implantação de duas pontes de embarque, bem como diversas áreas de escritórios, comerciais e banheiros.
- **Campina Grande:** A reforma do terminal permitiu uma otimização dos fluxos de passageiros e ampliação das áreas de embarque doméstico. O pátio de aeronaves foi adequado, visando melhor atendimento de aeronaves comerciais e de aviação geral. Assim como nos demais aeroportos, foram implantadas as RESAS nas pistas.

- **Aracaju:** O terminal de passageiros foi inteiramente reformado, visando otimizar os fluxos de passageiros e ampliação das áreas de embarque doméstico e internacional e restituição de bagagens, além da instalação de duas novas pontes de embarque. No lado ar, foram realizadas ampliações no pátio de aeronave e implantação das RESAS.
- **Juazeiro do Norte:** Um novo terminal de passageiros foi construído, visando adequar a infraestrutura à capacidade necessária. No lado ar, o pátio foi adequado para permitir melhor acomodação da área de equipamentos, adequação do pátio de aeronaves e implantação das RESAS.
- **Maceió:** No edifício terminal, foram ampliadas as áreas de canal de inspeção de passageiros doméstico e internacional, bem como a sala de embarque remoto. Também foram reformadas as áreas de escritórios administrativos e dos órgãos públicos. No lado ar, foram realizadas adequações no pátio e implantação das RESAS.

Operação

Os seis aeroportos administrados pela Companhia registraram 14,7 milhões de passageiros até 31 de dezembro de 2023, o que representa um aumento YoY (*Year over Year*) de 6,5% e uma recuperação de 6,3% do tráfego no mesmo período de 2019.

Em termos de movimentação de aeronaves e volume de carga, registraram-se 142.460 operações (+5,5% YoY) e 59.889 toneladas de mercadorias (-15,8% YoY).

A seguir é demonstrado o volume de passageiros em cada aeroporto administrado pela AENA Brasil:

Localidade do aeroporto	<i>Em milhões de passageiros</i>		
	2023	2022	2021
Recife (SBRF)	9,0	8,7	7,5
Maceió (SBMO)	2,4	2,3	1,9
João Pessoa (SBJP)	1,4	1,2	1,0
Aracajú (SBAR)	1,2	1,0	0,8
Juazeiro do Norte (SBJU)	0,5	0,5	0,4
Campina Grande (SBKG)	0,2	0,1	0,1
TOTAL	14,7	13,8	7,0

As receitas da AENA Brasil aumentaram no exercício para R\$ 1.179,1 milhões (R\$ 1.129,0 milhões em 31 de dezembro de 2022).

As receitas aeronáuticas, líquidas de impostos, cresceram R\$ 321,6 milhões (2022: R\$ 277,3 milhões).

As receitas não tarifárias aumentaram R\$ 144,5 milhões (2022: R\$ 128,7 milhões).

As receitas de serviços de construção (ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/IFRIC 12) atingiram R\$ 713,0 milhões (2022: R\$ 723,0 milhões), como resultado da execução de obras para desenvolvimento dos projetos da Fase 1-B do contrato de concessão e outros investimentos nos aeroportos.

O EBITDA/LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação, *impairment* e amortização) foi positivo no valor total de R\$ 228,8 milhões (2022: R\$ 185,6 milhões), afetado pelas despesas/custos operacionais na ordem de R\$ 950,4 milhões (2022: R\$ 943,4 milhões). As despesas gerais e administrativas cresceram para R\$ 51,5 milhões (2022: R\$ 47,6 milhões) e os custos operacionais aumentaram para R\$ 189,8 milhões (2022: R\$ 172,6 milhões).

O resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos do ano foi positivo em R\$ 950,2 milhões (2022: positivo em R\$ 312,9 milhões), afetado principalmente pela reversão do *impairment* do ativo intangível de R\$ 833,0 milhões (2022: R\$ 180,9 milhões).

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 18,3 milhões (2022: positivo em R\$ 10,8 milhões), devido principalmente aos juros sobre financiamentos em R\$ 51,4 milhões.

O lucro líquido do exercício alcançou a importância de R\$ 617,7 milhões (2022: lucro líquido de R\$ 213,6 milhões), com o impacto da despesa com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 314,2 milhões (2022: receita de R\$ 110,1 milhões).

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado pelo Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, Juan Carlos Alfonso Rubio, Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano, Antonio Fernández Poyato, María José Cuenda Chamorro e Noelia Martínez Morato, membros eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Joaquín Rodríguez Guerrero – Diretor Geral, Sr. Rodrigo Almeida Rosa – Diretor Econômico-Financeiro, Renata de Abreu Martins – Diretora de Assessoria Jurídica e Raúl Moya González – Diretor de Operações, Infraestrutura e TI, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições.

3. Considerações finais

Auditores independentes

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 16 de fevereiro de 2024

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 16 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	126.034	210.801	Fornecedores	13	75.479	110.812
Aplicações financeiras	7	17.929	8.119	Financiamentos e arrendamentos	14	59.328	8.542
Contas a receber de clientes	8	58.029	45.824	Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.948	-
Imposto a recuperar	9	15.181	15.060	Impostos a recolher	16	14.242	15.114
Despesas antecipadas		1.148	6.413	Passivos fiscais correntes	17	1.442	4.402
Outros créditos		13.953	2.473	Obrigações sociais e trabalhistas	18	15.460	14.148
Total do ativo circulante		232.274	288.690	Provisões de contas a pagar	19	77.361	84.021
				Outras contas a pagar	20	10.388	7.512
				Provisão para contingências	21	6.489	2.442
				Total do passivo circulante		298.137	246.993
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	7	38.808	26.728	Financiamentos e arrendamentos	14	1.230.536	678.634
Impostos diferidos	10	-	284.059	Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	37.189
Impostos a recuperar	9	133.658	68.519	Impostos diferidos	17	27.108	-
Total do realizável a longo prazo		172.466	379.306	Provisão para contingências	21	247	240
				Total do passivo não circulante		1.257.891	716.063
Imobilizado	11	4.282	2.712	Patrimônio líquido			
Intangível	12	3.662.605	2.190.273	Capital social	22	2.389.000	2.389.000
Total do ativo não circulante		3.839.353	2.572.291	Reserva de capital		6.330	-
				Reserva de lucros		120.269	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		-	(491.075)
Total do ativo		4.071.627	2.860.981	Total do patrimônio líquido		2.515.599	1.897.925
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.071.627	2.860.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	23	1.179.188	1.129.058
Custos dos serviços prestados	24	<u>(1.014.478)</u>	<u>(949.178)</u>
Lucro bruto		164.710	179.880
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(51.514)	(47.561)
Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa – PECLD	8	3.976	(195)
Reversão de <i>impairment</i>	12	<u>833.003</u>	<u>180.839</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido		<u>950.175</u>	<u>312.963</u>
Receitas financeiras	26	37.402	38.589
Despesas financeiras	26	<u>(55.677)</u>	<u>(27.740)</u>
Resultado financeiro líquido	26	<u>(18.275)</u>	<u>10.849</u>
Resultado antes dos impostos		<u>931.900</u>	<u>323.812</u>
Imposto de renda e contribuição social	10	<u>(314.226)</u>	<u>(110.134)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>617.674</u></u>	<u><u>213.678</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	617.674	213.678
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>617.674</u></u>	<u><u>213.678</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.389.000	-	-	(704.753)	1.684.247
Lucro líquido do exercício		-	-	-	213.678	213.678
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.389.000	-	-	(491.075)	1.897.925
Lucro líquido do exercício		-	-	-	617.674	617.674
Constituição da reserva legal	22	-	6.330	-	(6.330)	-
Retenção de lucros	22	-	-	120.269	(120.269)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.389.000	6.330	120.269	-	2.515.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		617.674	213.678
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social	10	314.226	110.134
Depreciação	11	2.162	1.776
Amortização	12	109.462	51.721
Variação cambial	26	(4.052)	(4.417)
Reversão de <i>impairment</i>	12	(833.003)	(180.839)
(Reversão) constituição da Provisão Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	8	(3.976)	195
(Reversão) provisão para contingência	21	4.054	2.682
Receita sobre aplicações financeiras e juros obtidos e multas	26	(33.349)	(34.172)
Juros incorridos financiamentos e arrendamentos	14	51.598	31.432
		224.796	192.190
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(8.230)	(7.851)
Imposto a recuperar		5.778	(5.775)
Despesas antecipadas		5.265	(4.762)
Outros créditos		(11.480)	(7.719)
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		(80.957)	18.789
Contas a pagar - partes relacionadas		4.811	(411)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.312	3.274
Impostos a recolher e passivos fiscais correntes		204	5.700
Provisões de contas a pagar		(39.213)	12.378
Outras contas a pagar		2.876	3.700
Juros pagos	14	(71.615)	(22.390)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.095)	(12.476)
Juros recebidos	14	33.349	34.172
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		59.801	208.819
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	11 e 30	(674)	(453)
Adições de intangível	11 e 30	(697.326)	(788.848)
Baixas de imobilizado/intangível	11	14.670	9
Aplicações de longo prazo	7	(12.080)	(26.728)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	(9.810)	210.257
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(705.220)	(605.763)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	14	562.536	977.726
Pagamentos de passivo de arrendamento	14	(1.884)	(1.546)
Amortização de financiamentos	14	-	(370.000)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		560.652	606.180
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(84.767)	209.236
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		210.801	1.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>126.034</u>	<u>210.801</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(84.767)</u>	<u>209.236</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“AENA Brasil”, “ANB”, “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico, constituída em 30 de maio de 2019. A sede da Companhia está localizada na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem, CEP: 51.030-300, Recife, Pernambuco. A Companhia tem filiais constituídas em cada uma das seis cidades que possui operação de aeroportos.

A Companhia é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“Aena Desarrollo”), sociedade constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri na Espanha. A Aena Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A. (“Grupo Aena”), uma sociedade com ações cotadas na bolsa de valores da Espanha, e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral, o Grupo Aena participa da administração de 66 aeroportos em diferentes países como Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil com 17 aeroportos, sendo 6 aeroportos no Bloco Nordeste e 11 aeroportos no Bloco SP/MS/PA/MG.

O Grupo AENA foi vencedor do leilão para adquirir a concessão do bloco SP/MS/PA/MG, que inclui o aeroporto de Congonhas em São Paulo e mais outros 10 aeroportos, em 2022, os quais são geridos pela sociedade anônima de propósito específico Bloco Onze Aeroportos do Brasil S.A. (“BOAB”)

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Companhia assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019 (“Contrato”), com o objeto da concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária junto ao “Poder Concedente”, dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF;
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares - SBMO;
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto - SBJP;
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju - SBAR;
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna - SBKG; e
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes - SBJU.

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia: 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária na forma prevista no contrato de concessão, apreciação e decisão pela ANAC, após procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão é implementado nas seguintes fases:

- Fase 1-A: A Fase de transferência operacional, que ocorreu de forma escalonada no primeiro trimestre de 2020 mediante acordo entre Companhia, ANAC e Infraero, visando mitigar impactos operacionais.
- Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. O prazo para execução desta fase é de 44 meses a contar da data de eficácia - 36 meses originais definidos no Contrato mais 8 meses de ampliação concedidos pela ANAC em decorrência da Covid-19, esta fase foi concluída em 2023.
- Fase 2: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e autorizações

Atualmente todas as licenças estão vigentes e as principais licenças e autorizações para a operação dos aeroportos são as seguintes:

- Certificado Operacional de Aeroporto, vigentes por tempo indeterminado;
- Alfundegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais), vigente por tempo indeterminado; e
- Licença de operação perante as autoridades municipais, estaduais e federal do meio ambiente. Vigências em geral entre 2 e 3 anos, com vencimentos próximos para 2024 e 2025.

a. *Reequilíbrio do Contrato de Concessão*

O Contrato de Concessão firmado pela ANB com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), estabelece na cláusula 5.2 que eventos de força maior ou fortuitos são riscos do poder concedente (exceto aqueles que podem ser cobertos por seguro) e podem dar lugar a Revisão Extraordinária, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou receitas da Concessionária.

Por sua vez, o artigo 6.23 do Contrato de Concessão prevê que os procedimentos de Revisão Extraordinária visam restabelecer o equilíbrio do Contrato, a fim de compensar as perdas ou lucros creditados à Concessionária, pela ocorrência de determinados eventos, desde que impliquem alteração relevante nos custos ou rendimentos da Concessionária.

De acordo com o disposto no Contrato de Concessão, considerando também as interpretações feitas pelas autoridades brasileiras sobre a pandemia de COVID-19, bem como a legislação aplicável ao caso, a ANB vem apresentando à ANAC pedidos de conciliação econômico-financeira, pelo montante dos desequilíbrios estimados nos exercícios de 2020 a 2023.

A ANAC aprovou as solicitações correspondentes aos exercícios de 2020, 2021 e 2022, respectivamente no final dos períodos seguintes, concluindo que os fatos narrados se enquadram na matriz de risco contratual. Os montantes de desequilíbrio reconhecidos foram:

- Exercício 2022, aprovado em 2023: R\$ 38,4 milhões antes de impostos;
- Exercício 2021, aprovado em 2022: R\$ 46,0 milhões antes de impostos.

- Exercício 2020, aprovado em 2021: R\$ 69,7 milhões antes de impostos.

Este desequilíbrio será compensado da seguinte forma:

- Aumento desde janeiro de 2022 nas tarifas de embarque nacionais e internacionais nos aeroportos do Recife (R\$ 2,50/passageiro) e Maceió, Aracaju e João Pessoa (R\$ 2,20/passageiro), acima do teto tarifário contratual aplicável a esses aeroportos. A partir de janeiro de 2023, esses valores aumentaram para R\$ 7,42/passageiro em Recife, R\$ 3,27/passageiro em Maceió, R\$ 4,61/passageiro em João Pessoa e R\$ 2,92/passageiro em Aracaju, ajustado pelo IPCA para os anos seguintes.
- Eliminação da variável anual de contribuição. Essa contribuição a pagar ao Fundo Nacional de Aviação Civil é determinada em percentual da receita da concessão, a partir do 5º ano completo da concessão (2024) e até sua conclusão.
- As medidas serão aplicadas até o esgotamento do desequilíbrio, que será atualizado pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e pelo WACC (*Weighted Average Capital Cost*) contratual de 8,86%.

Uma vez concluído o processo de aprovação do reequilíbrio 2022, a ANB iniciou o processo de solicitação do desequilíbrio do ano 2023. Assim, em dezembro de 2023 foi apresentado um pedido de reequilíbrio com base em uma estimativa do EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) ao final do exercício, com metodologia de cálculo e condições de reequilíbrio semelhantes às dos exercícios 2020, 2021 e 2022.

1.1 Planos da administração sobre a continuidade operacional

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 está negativo em R\$ 65.863 (positivo em R\$ 41.697 em 2022).

Como forma de garantir os compromissos financeiros futuros, a Companhia poderá contar com limites de créditos já pré-aprovados por instituições financeiras. Vale ressaltar os pontos a seguir:

A Companhia possui saldo relevante de no montante de R\$ 37.948 (R\$ 0 em 2022) transações com partes relacionadas (nota explicativa nº 15) apresentados no passivo circulante, os montantes estão relacionados a contrato relativo ao plano de implementação de sistemas operacionais e corporativos. A Companhia está negociando com sua parte relacionada a redefinição dos prazos de pagamento, de modo a alongar a pagamento da dívida para liquidação em 4 parcelas anuais, conforme vigência do contrato.

Conforme nota explicativa nº 19, foi constituída provisão de contas a pagar relativo aos serviços do corpo de bombeiros no montante de R\$ 34.906 (2022: R\$ 28.800), correspondente as contraprestações, devidas aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados em que Companhia opera. De acordo com os contratos, a obrigação da Companhia é de disponibilizar os recursos financeiros e/ou compra execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias, de forma imediata a solicitação do corpo de bombeiros, contudo a Companhia tem observado de forma histórica, que a utilização dos recursos financeiros e solicitações tem prazo médio superior a 12 meses,

principalmente pelas características técnicas e específicas dos materiais de proteção e segurança adquiridos para atendimento desse contrato. Portanto, a realização desta obrigação com o corpo de bombeiros possa gerar potencial redução na demanda de caixa no curto prazo.

A Companhia tem buscado revisar os contratos de financiamento junto as instituições financeiras, com liquidações dos passivos circulantes. Em agosto de 2022 no total de R\$ 370.000, com recurso proveniente dos financiamentos de longo prazo junto aos Bancos BNDES e BNB. Adicionalmente a Companhia liquidou juros dos financiamentos em 2023 no montante de R\$ 71.615 (2022: R\$ 22.272). O pagamento dos juros sobre tais financiamentos foi realizado com recursos do fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia. A Companhia está adimplente as cláusulas de covenants no exercício.

Adicionalmente, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia vem amortizando normalmente suas dívidas com terceiros relacionadas a financiamentos, de forma que para os vencimentos que ocorrerão em 2024, a Administração não espera dificuldades em cumprir com essas obrigações, levando em consideração, entre outros fatores, o relacionamento com as instituições financeiras.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de divulgação e reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e equivalentes de caixa mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto pelo indicado a seguir:

- Nota explicativa nº 23 – Receita operacional líquida - Reconhecimento de receitas de reequilíbrio contratual.

A ANAC aprovou em 25 de abril de 2023 o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão referente ao exercício de 2022. O valor do desequilíbrio aprovado foi de R\$ 38.400 antes dos impostos, além do valor de R\$ 46.000 já aprovados em 2022, referente ao exercício de 2021 e do valor de R\$ 69.700 já aprovados em 2021, referente ao exercício de 2020. Estes valores serão atualizados anualmente à taxa de desconto do fluxo marginal de 8,86% a.a. estabelecida no Contrato de Concessão, acrescido mais do IPCA, até sua recomposição, que se materializará por meio de: (i) aumentos nas tarifas de embarque nacional e internacional aplicáveis desde janeiro de 2022, e (ii) redução da outorga variável devida ao Poder Concedente a partir do exercício de 2024. Os montantes citados anteriormente são contabilizados a partir de 2022, como lançamento a receita em contrapartida da despesa, respectivamente, assim que os eventos futuros ocorram, ou seja, quando do aumento da tarifa e da compensação da outorga variável.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas;
- Nota explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e imposto diferido - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas nº 11 e 12 - Imobilizado e Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (provisão para redução ao valor recuperável do ativo intangível); e
- Nota explicativa nº 21 - Provisão para contingências: Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira;
- Capitalização das despesas financeiras atreladas aos financiamentos, para contratação do ativo intangível da concessão, líquidas das receitas financeiras obtidas na colocação dos fundos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Juros e despesas pela obtenção de contratos de financiamentos ou arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Para a capitalização dos custos sobre os financiamentos, atrelados a construção de um ativo qualificável, a Companhia considera como primeira data de cálculo o momento em que satisfaz as seguintes condições:

- Incorre em gastos com o ativo, ou seja, pagamento em caixa, transferência de outros ativos ou quando a entidade assume passivos onerosos;
- Incorre em custos de financiamentos, e estes excedem as receitas financeiras obtidas pela colocação dos excedentes de tesouraria; e
- Inicia as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso (incluindo trabalhos técnicos e administrativos, anteriores à construção física).

A Companhia capitaliza os juros e custos sobre os financiamentos do exercício, líquidos das receitas financeiras, enquanto se dão as condições anteriores.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos financiamentos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa nº 11.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgados na nota explicativa nº 12), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de: (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente; e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

Contratos de concessão de serviços (vide notas explicativas nº 1 e 12)

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Quando a vida útil determinada é inferior ao prazo remanescente da concessão, utiliza-se está para a amortização.

(iv) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1)(IAS12)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Como a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração corresponde ao direito sobre um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante as quais tendem a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o método linear baseado no prazo restante da Concessão. A amortização inicia-se a partir de que o ativo está em condições de produzir benefícios econômicos, o que se entende que acontece a partir do momento em que os usuários podem ser cobrados pela prestação dos serviços públicos.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e, quando aplicável, os títulos de dívida emitidos, são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através de Resultados (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Quando aplicável, um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. *Capital social*

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

h. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos da dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos da dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamento) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

Há presunção de que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há 30 dias.
- A Companhia considera que um título de dívida tem risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente a definição de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja BB ou superior pela agência de rating de crédito Moody’s.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas da Companhia são oriundas de:

- Receitas tarifárias: Constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remuneram os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei nº 6009/1972, Decreto nº 89121/1983 na Resolução nº 432/2017 e na Portaria nº 219/6C-5/2001 e o previsto no contrato

de concessão. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada em um período curto; compõem este grupo os acréscimos tarifários de reequilíbrio, demonstrados na nota explicativa nº 23.

- Receitas não tarifárias: Decorrentes de exploração das atividades econômicas, diretamente ou mediante celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado. O fato gerador para o reconhecimento da receita é a prestação de serviço, a qual é realizada geralmente ao longo do período dos contratos celebrados; e
- Receita por prestação de serviço de construção: Segundo a ICPC 01 (R1) IAS 12, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante e tende a zero. A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(iv) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

I. Arrendamento mercantil (CPC 06(R2)/IFRS 16)

A Companhia como arrendatária

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período, em troca de uma contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. A Companhia reconhece separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, a Companhia registra os pagamentos do principal dos passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. O pagamento dos juros está classificado como atividade operacional.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7).

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16).

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	7.435	788
Aplicações financeiras (CDB)	<u>118.599</u>	<u>210.013</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>126.034</u>	<u>210.801</u>
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>56.737</u>	<u>34.847</u>
Total aplicações financeiras	<u>56.737</u>	<u>34.847</u>
Circulante	17.929	8.119
Não circulante (a)	<u>38.808</u>	<u>26.728</u>
	<u>56.737</u>	<u>34.847</u>

As aplicações financeiras são realizadas em títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas de entre 94% e 103,5% ao mês (95% a 104% em 2022) da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas de imediato ou em prazo inferior a 30 dias sem prejuízo da sua remuneração. As receitas financeiras obtidas durante o exercício estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

As aplicações financeiras são classificadas:

- Como equivalentes ao caixa, se a Companhia tem a previsão de utilizar os recursos em prazo inferior a 3 meses desde a data de balanço.
- Como aplicações financeiras no ativo circulante, se existe previsão de uso dos recursos em prazo entre 3 e 12 meses desde a data do balanço.
- Como aplicações financeiras no ativo não circulante quando os recursos apenas serão utilizados após mais de 12 meses desde a data do balanço.

Em 2023 e 2022, as aplicações financeiras no ativo não circulante, que totalizam R\$ 56,737 milhões, estão cedidas em garantia dos financiamentos junto às entidades financeiras (nota explicativa nº 14).

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes – tarifários (a)	33.846	31.039
Contas a receber de clientes - não tarifários	14.136	16.763
Contas a receber a faturar (b)	<u>15.177</u>	<u>7.128</u>
	63.159	54.930
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (c)	<u>(5.130)</u>	<u>(9.106)</u>
	<u>58.029</u>	<u>45.824</u>

- (a) A variação do saldo de contas a receber tarifário em relação ao saldo do ano anterior, e reflexo do aumento de cerca de 6,2% no tráfego de passageiros entre 2022 e 2023, bem como pelo aumento no valor das tarifas.
- (b) A Companhia contabilizou contas a receber a faturar de clientes com base na política contábil nota explicativa nº 6.j, para os contratos vigentes e para os serviços efetivamente prestados que não foram faturados, tais como tarifas aeronáuticas dos últimos dias do período contábil, em que a Companhia já possui direito a receita de serviços, e são faturadas no mês subsequente, bem como as receita não tarifária variável e receita não tarifária por cessão de uso de área, as quais existem restrições para o faturamento. Os montantes a faturar são determinados nas tarifas vigentes e nos contratos comerciais aplicáveis.
- (c) A seguir, está demonstrada a movimentação da PECLD no exercício:

	2023	2022
Saldos iniciais	(9.106)	(8.911)
(-) Adições do exercício	(547)	(7.828)
(+) Reversões do período	<u>4.523</u>	<u>7.633</u>
Saldos finais	<u>(5.130)</u>	<u>(9.106)</u>

A perda esperada nas contas a receber, estimada pela administração da forma explicada na política contábil nota explicativa nº 6.h, é refletida na PECLD do exercício.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2023	2022
A vencer	<u>56.943</u>	<u>43.417</u>
Vencidos:		
Até 3 meses	2.008	3.270
Entre 4 e 6 meses	526	631
Até 12 meses	<u>3.682</u>	<u>7.612</u>
	<u>63.159</u>	<u>54.930</u>

A Companhia não tem ativos financeiros baixados que eventualmente ainda sejam item de esforço para recuperação/recebimento.

9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras, receitas de prestações de serviços da Companhia, e serviços tomados de terceiros, considerados como insumos em suas atividades, e nas aquisições de bens para o ativo imobilizado.

	2023	2022
Circulante		
COFINS (a)	7.984	11.749
PIS (a)	3.910	2.579
IRRF	2.479	75
CSRF	452	372
ISSQN	286	285
IRPJ a compensar	50	-
CSLL a compensar	<u>20</u>	<u>-</u>
	<u>15.181</u>	<u>15.060</u>
Não circulante		
COFINS (a)	108.858	55.333
PIS (a)	<u>24.800</u>	<u>13.186</u>
	<u>133.658</u>	<u>68.519</u>

- (a) PIS/ COFINS – o aumento nos valores a recuperar é decorrente principalmente da execução das obras de melhoria dos aeroportos, com aquisições de bens do ativo fixo intangível.

De acordo com a normativa tributária aplicável, os créditos de PIS e COFINS das aquisições dos bens de intangível-contrato de concessão a recuperar e a compensar terão disponibilidade conforme o fluxo de depreciação e amortização de tais bens, e serão utilizados nas apurações mensais com a aplicação das alíquotas de PIS e COFINS sobre os montantes da depreciação e amortização de cada período, que serão abatidos nas apurações mensais sobre o faturamento. Portanto, a Companhia classifica como não circulante os créditos cuja utilização é esperada em mais de 12 meses desde a data do balanço, baseada nas projeções elaboradas pela Administração.

10 Impostos de renda e contribuição social correntes e impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos consideram as alíquotas vigentes sobre o resultado.

- (a) A seguir está demonstrada a composição dos valores reconhecidos diretamente no resultado do exercício:

	2023	2022
Imposto diferido	<u>(309.222)</u>	<u>(89.054)</u>
IRPJ	(227.608)	(65.455)
CSLL	(81.938)	(23.599)
Imposto corrente do exercício	<u>(7.738)</u>	<u>(22.258)</u>
IRPJ	(5.686)	(16.333)
CSLL	(2.052)	(5.925)
Ajuste IRPJ/CSLL corrente do período anterior (i)	<u>3.059</u>	<u>1.178</u>
Total imposto de renda e contribuição social	<u>(314.226)</u>	<u>(110.134)</u>

- (i) Créditos incentivo Lei do Bem do exercício 2022, apurado no primeiro semestre de 2023.

- (b) A seguir está demonstrada a conciliação entre o lucro (prejuízo) contábil e fiscal no exercício:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	931.900	323.812
Diferenças permanentes:		
Outras diferenças	166	566
Diferenças temporárias:		
<i>Impairment</i> (reversão) não dedutível	(833.003)	(180.839)
Diferenças na amortização	(23.363)	(25.162)
Provisões de despesas	13.603	4.029
Provisões de descontos	174	(1.139)
Provisão para remuneração variável	3.627	2.099
Provisões de custos <i>intercompany</i>	3.353	1.202
Provisão Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD indedutível	(3.414)	(3.059)
Custos de captação de financiamentos (ii)	(10.886)	(19.785)
Capitalização de juros e outras diferenças	<u>(64.463)</u>	<u>(8.201)</u>
Lucro fiscal do exercício	<u>17.694</u>	<u>93.523</u>
Prejuízos fiscais compensados (i)	<u>(9.708)</u>	<u>(28.057)</u>
Base de cálculo	22.759	65.466
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto corrente do exercício	<u>7.738</u>	<u>22.258</u>

- (i) Lucro tributável no 1º, 3º e 4º trimestres de 2023. No 2º trimestre foi apurado base negativa de R\$ 14.773.
- (ii) Vide notas 12 “b” e nota 26: os juros capitalizados são considerados na apuração fiscal do período que são incorridos, enquanto no resultado econômico é capitalizado ao custo dos ativos objeto dos financiamentos, sofrendo ajuste temporário pela depreciação/amortização conforme vida útil dos bens.
- (c) Abaixo está demonstrada a composição dos prejuízos fiscais não compensados e seu prazo:

Exercício de origem e prazo para utilização	2023	2022
2020 – Prazo ilimitado	24.712	34.420
2021 – Prazo ilimitado	<u>3.502</u>	<u>3.502</u>
	<u>28.214</u>	<u>37.922</u>
Compensação no exercício	<u>(9.708)</u>	<u>(28.057)</u>

A Companhia realizou em dezembro de 2023 a baixa da provisão de perda por *Impairment*, somado as diferenças temporárias do efeito do *Impairment* na amortização, bem como o custo de captação de financiamentos e juros capitalizados, que resultou na mudança da provisão de imposto de renda e contribuição social diferido “ativo” para “passivo”, conforme demonstrado a seguir, e adicionalmente na nota explicativa nº 17 “b”.

Além disso, o Grupo AENA possui experiência no setor de concessão de aeroportos, o que possibilita que a Companhia consiga estimar receitas futuras e expectativas de custos de forma confiável. Vide explicação adicional sobre as operações comerciais na nota explicativa nº 1. A projeção de lucro tributável futuro da Administração foi realizada para o período remanescente da Concessão, para o qual o imposto diferido reconhecido será totalmente realizável.

- (d) A seguir, demonstrado para cada tipo de diferença temporária, assim como para os prejuízos fiscais não utilizados, o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação para os exercícios de 2023 e 2022:

	Intangível (<i>Impairment</i>)	Provisões	Custos captação financiamentos	Amortização e depreciação	Outras diferenças	Prejuízos fiscais não utilizados	Total
Saldo imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2021	344.706	11.576	-	(8.830)	3.931	21.730	373.113
Reclassificação	-	-	-	(657)	-	657	-
Lançamentos no resultado	<u>(61.485)</u>	<u>1.370</u>	<u>(6.727)</u>	<u>(8.555)</u>	<u>(4.164)</u>	<u>(9.493)</u>	<u>(89.054)</u>
Saldo imposto de renda ativo em 31 de dezembro de 2022	<u>283.221</u>	<u>12.946</u>	<u>(6.727)</u>	<u>(18.042)</u>	<u>(233)</u>	<u>12.894</u>	<u>284.059</u>
Lançamentos no resultado	<u>(283.221)</u>	<u>7.057</u>	<u>(3.701)</u>	<u>(7.943)</u>	<u>(20.057)</u>	<u>(3.301)</u>	<u>(311.167)</u>
Saldo imposto de Renda passivo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>20.003</u>	<u>(10.428)</u>	<u>(25.985)</u>	<u>(20.290)</u>	<u>9.593</u>	<u>(27.108)</u>

11 Imobilizado

a. Composição

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Equipamentos	8,33-33,3	238	(34)	204	55	(7)	48
Computadores e periféricos	25	2.840	(1.740)	1.100	2.356	(1.263)	1.093
Móveis e utensílios	10	66	(18)	48	66	(12)	54
Direito de uso – arrendamento salas	50	2.784	(2.580)	204	2.571	(1.969)	602
Direito de uso- arrendamento equipamentos	33,33	4.770	(2.044)	2.726	2.408	(1.493)	915
		10.698	(6.416)	4.282	7.456	(4.744)	2.712

b. Movimentação

	Equipamentos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Direito de uso – Arrendamento de salas	Direito de uso – Arrendamento de equipamentos	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	54	1.421	61	1.263	1.307	4.106
Adições	-	-	-	-	453	453
Baixas	-	(9)	-	(63)	-	(72)
Depreciação	(6)	(320)	(7)	(598)	(845)	(1.776)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	48	1.092	54	602	915	2.712
Adições	183	491	-	276	2.789	3.739
Baixas	-	(7)	-	-	-	(7)
Depreciação	(27)	(476)	(7)	(674)	(978)	(2.162)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	204	1.100	48	204	2.726	4.282

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. A política contábil de arrendamento está divulgada conforme nota explicativa nº 6.l.

(i) *Direito de uso – Arrendamento salas*

Contrato de aluguel do escritório corporativo da Companhia com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2021, pelo prazo inicial de 2 anos, com indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

(ii) Direito de uso – Arrendamento equipamentos

Corresponde aos seguintes arrendamentos:

	Início	Término
Arrendamento – equipamentos de coletores de dados	10/05/2021	10/04/2024
Arrendamento – equipamentos de borda – <i>Firewall</i>	01/09/2020	31/08/2024
Arrendamento – equipamentos informáticos	10/03/2022	10/02/2024
Arrendamento – balanceadores e <i>softwares</i>	18/07/2022	19/07/2025
Arrendamento – radiocomunicadores	01/03/2023	28/02/2030

Os contratos requerem indenização às locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pagamento, em caso de cancelamento antecipado.

12 Intangível

a. Composição

	2023				2022			
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Total
Outorga – Concessão (i)	2.248.608	(211.018)	-	2.037.590	2.263.257	(160.232)	(833.003)	1.270.022
Obras e instalações	1.209.801	(48.757)	-	1.161.044	170.214	(8.499)	-	161.715
Equipamentos de informática e outros	26.359	(5.716)	-	20.643	12.191	(1.586)	-	10.605
Intangível em construção	260.212	-	-	260.212	707.897	-	-	707.897
Máquinas e equipamentos	131.973	(7.557)	-	124.416	18.178	(439)	-	17.739
Veículos e acessórios	9.547	(1.831)	-	7.716	5.280	(108)	-	5.172
Subtotal ativos da concessão	3.886.500	(274.879)	-	3.611.621	3.177.017	(170.864)	(833.003)	2.173.150
Sistemas informatizados em andamento	47.473	(5.856)	-	41.617	16.373	(968)	-	15.405
Outros ativos	9.987	(621)	-	9.366	1.779	(61)	-	1.718
	<u>3.943.960</u>	<u>(281.355)</u>	<u>-</u>	<u>3.662.605</u>	<u>3.195.169</u>	<u>(171.893)</u>	<u>(833.003)</u>	<u>2.190.273</u>

Para obras e instalações, a amortização será calculada considerando o prazo da data de aquisição do bem até o prazo final da concessão. Para os demais itens, a vida útil foi reavaliada conforme a norma de registro e avaliação de ativos fixos, elaborada em atendimento aos CPC 27, ICPC 10, IAS 16. Na tabela a seguir são resumidas as principais taxas:

	Taxa anual
Edificações e benfeitorias	3,7%
Equipamentos de informática	25%
Máquinas e equipamentos	8,33%

As vidas úteis de sistemas informatizados 25% a.a., veículos 20% a.a. e móveis e utensílios 10% a.a., permaneceram inalteradas.

A amortização de obras e instalações tornou-se mais expressiva após a conclusão da Fase 1B, essa variação foi gradativa conforme os cronogramas de entrega, assim como para os valores de instalações de máquinas e equipamentos de informática.

Em dezembro de 2023 os totais dos bens em uso eram: edificações R\$ 1.161.044, e equipamentos de informática R\$ 20.643, respectivamente. Em dezembro, foi incorporado aos ativos financiáveis o valor de R\$ 64.384, referente aos juros capitalizados, calculados considerando a variação líquida dos rendimentos e juros oriundos dos recursos originados do BNB e BNDES.

Em 2023 a Companhia implementou novos sistemas operacionais e financeiros refletindo em um investimento de R\$ 31.100.

(i) Contrato de concessão de serviços

Consiste no valor pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão.

Também foram registrados os custos derivados do contrato de concessão que incluem valores pagos a terceiros com base no edital de leilão de julho de 2019 por importe de R\$ 346.115, e valores devidos à controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A. no montante de R\$ 14.649 com custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão, que em dezembro de 2023 a controladora pactuou que a despesa não era devida, sendo integralmente assumida pela controladora, o que resultou no valor final de R\$ 331.455 com custos para obtenção do contrato de concessão.

A concessão começou na data de eficácia do contrato, 9 de outubro de 2019. A amortização dos valores acima mencionados iniciou em 13 janeiro 2020, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco Nordeste.

b. Movimentação

	<u>Ativos da concessão</u>						Subtotal	Sistemas informatizados em andamento	Outros ativos	Total
	Outorga – concessão	Obras e instalações	Equipamentos informáticos e outros	Intangível em construção	Máquinas e equipamentos	Veículos e acessórios				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.132.193	51.177	5.103	38.626	-	-	1.227.099	4.364	64	1.231.527
Aquisição	-	79	7.662	785.270	17.313	5.280	815.604	12.009	1.715	829.628
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	116.299	(846)	(116.299)	846	-	-	-	-	-
<i>Impairment (reversão)</i>	180.839	-	-	-	-	-	180.839	-	-	180.839
Amortização	(43.009)	(5.840)	(1.314)	-	(420)	(108)	(50.691)	(969)	(61)	(51.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.270.022	161.715	10.605	707.897	17.739	5.172	2.173.150	15.405	1.718	2.190.273
Aquisição	-	8.239	14.179	583.663	113.797	4.267	724.145	31.100	8.208	763.453
Baixas	(14.649)	-	(11)	-	(3)	-	(14.663)	-	-	(14.663)
Transferências	-	1.031.348	-	(1.031.348)	-	-	-	-	-	-
<i>Impairment (reversão)</i>	833.003	-	-	-	-	-	833.003	-	-	833.003
Amortização	(50.786)	(40.258)	(4.130)	-	(7.117)	(1.723)	(104.014)	(4.888)	(560)	(109.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.037.590	1.161.044	20.643	260.212	124.416	7.716	3.611.621	41.617	9.366	3.662.605

Em 2023 a rubrica de intangível em construção inclui principalmente:

- Atividades de engenharia e execução de projetos destinadas a realização das obras da fase 1-B (nota explicativa nº 1). A maior parte das obras desta fase foram estruturadas como contratos em regime EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) divididos em blocos de aeroportos;
- Capitalização dos juros por valor de R\$ 64.384 obedecendo os critérios descritos na nota explicativa nº 6.b;
- Contratação e fornecimento de instalações complexas, como sistema de tratamento de bagagens, pontes de embarque e equipamentos de segurança para ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos requeridas pelo contrato de concessão;
- Outras obras de melhoria das instalações e equipamentos dos 6 aeroportos.

Em 2023, a rubrica de intangível em construção inclui principalmente as atividades de engenharia para executar as obras requeridas pelo contrato de concessão;

- Obras de melhoria nos 6 aeroportos, consistentes principalmente na renovação dos banheiros públicos e ações de melhoria na sinalização, iluminação e acessibilidade dos edifícios terminais; e
- Obras de ampliação da capacidade e melhoria de equipamentos de segurança física e operacional nos 6 aeroportos.

c. Teste de *impairment*

A Companhia efetuou teste de *impairment* durante os últimos anos, os cálculos do valor em uso foram realizados sob a base das projeções dos fluxos de caixa aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2023 foi estimado em R\$ 3.954.013 (2022: R\$ 2.024.304) e, por comparação com seu valor contábil, o valor do *impairment* registrado é de R\$ 0 (2022: R\$ 833.003), o que representou uma reversão integral do *impairment* no exercício de R\$ 833.003 (2022: 180.839). O *Impairment* foi inteiramente alocada à linha “Outorga – Concessão” do Intangível no balanço patrimonial e a variação do exercício foi incluída na linha *Impairment* do grupo “Despesas operacionais” nas demonstrações dos resultados.

Os principais fatores para a reversão do *impairment* reconhecido no exercício de 2023 foram: A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 11,8% (2022: 13,0%) e corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital antes de impostos é de 17,9% (2022: 19,7%).

Além da taxa de desconto, as principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Companhia são: a macroeconomia, a curva de demanda de passageiros, a variação tarifária, a receita comercial, o nível de investimento e os custos operacionais. Foram utilizadas as previsões contidas no último Plano de Negócios elaborado pela Administração, que apresenta o custo dos investimentos como principal variação com respeito ao utilizado no teste de *impairment* de 2022. Assim, o custo dos investimentos a realizar no período de 2023 a 2027 é cerca de 1,2% inferior ao considerado no teste de *impairment* de 2022, principalmente devido à mensuração do custo das atuações após a assinatura de vários contratos de obras e suprimentos, e a adequação do dimensionamento de determinados projetos às necessidades do serviço.

No que diz respeito ao tráfego, foi considerada um leve crescimento com relação a 2023 para o ano de 2024 em 5,4%, em linha com as previsões da *International Air Transport Association* (IATA) para a região. O cenário base implica um aumento no número de passageiros durante o período de concessão.

A receita líquida do período 2022 a 2027 é 4,8% inferior à considerada em 2022, devido à queda de passageiros, em linha com o tráfego que vem se realizando abaixo do apresentado no ano de 2022.

As despesas operacionais também caíram 11,3% neste período, principalmente devido as sinergias do contrato de compartilhamento de atividades corporativas com a BOAB e a queda do preço da energia elétrica adquirida no mercado livre.

As taxas de inflação consideradas foram de 4,4% em 2023, 3,9% em 2024, 4,0% em 2025/26 e 3% para o resto dos anos (que compara com a inflação utilizada no teste de 2022 de 5,4% em 2023 e 3,5% em 2024 e 3% de 2025 em diante).

A seguir mostra-se o teste de sensibilidade do *Impairment*, através de variações razoáveis nas seguintes variáveis:

- Taxa de desconto: +/- 1 p.p.; e
- Tráfego de passageiros: Foram propostos dois cenários possíveis para o tráfego de 2023. No cenário mais pessimista, a variação do tráfego de 2025 em diante é considerada abaixo do cenário base; foi considerado também um cenário mais otimista com uma variação do tráfego de 2025 em diante superior ao cenário base.

As variações do *impairment* em relação ao cenário base descrito resultantes da análise de sensibilidade estão demonstradas abaixo:

	WACC		
Recuperação do tráfego (PAX)	10,8%	11,8%	12,8%
Curva tráfego pessimista -1,0%	775.236	295.994	(114.469)
Curva cenário base	742.509	266.019	(142.056)
Curva tráfego otimista +1,0%	710.213	236.540	(169.094)

A seguir mostram-se às variações razoáveis do teste de *impairment* 2022 sobre as principais variáveis com incidência no resultado a taxa média ponderada de custo do capital (WACC) e a curva de recuperação do tráfego de passageiros:

	WACC		
	12,0%	13,0%	14,0%
Recuperação do tráfego (PAX)			
Curva tráfego pessimista -1,0%	(469.985)	(813.369)	(1.106.626)
Curva cenário base	(490.451)	(833.003)	(1.124.675)
Curva tráfego otimista +1,0%	(512.512)	(853.111)	(1.143.085)

13 Fornecedores

Trata-se de fornecedores e prestadores de serviços nacionais, valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. Conforme detalhamento a seguir:

	2023	2022
Obras e equipamentos	60.186	86.279
Operação	15.293	24.533
	75.479	110.812

Em dezembro de 2023 os saldos tiveram uma redução de aproximadamente 40%, reflexo da finalização das obras o que refletiu nos compromissos firmados.

14 Financiamentos e arrendamentos

Os termos e condições dos financiamentos e arrendamentos em aberto são:

	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento final	2023 Valor contábil	2022 Valor contábil
Contrato BNB (i)	R\$	IPCA + 1,66%	2046	147.884	147.884
Contrato BNB (i)	R\$	IPCA + 2,02%	2046	237.800	237.800
Contrato BNB (i)	R\$	IPCA + 1,66%	2046	15.176	-
Contrato BNB (i)	R\$	IPCA + 2,02%	2046	155.695	-
Contrato BNDES (ii)	R\$	IPCA + 7,56%	2044	300.028	300.028
Contrato BNDES (ii)	R\$	IPCA + 7,56%	2044	290.580	-
Contrato BNDES (ii)	R\$	IPCA + 7,56%	2044	139.909	-
Arrendamento (iii)	R\$	11,50%	2030	1.950	-
Arrendamento (iii)	R\$	9,11%	2025	190	-
Arrendamento (iii)	R\$	13,82%	2025	186	328
Arrendamento (iii)	R\$	4,31%	2024	-	585
Arrendamento (iii)	R\$	4,61%	2024	258	-
Arrendamento (iii)	R\$	9,29%	2024	2	13
Arrendamento (iii)	R\$	12,00%	2023	206	167
Arrendamento (iii)	R\$	2,37%	2023	-	244
Arrendamento (iii)	R\$	2,22%	2023	-	127
				1.289.864	687.176

	2023	2022
Passivo circulante		
Financiamentos com garantia	53.149	7.269
Passivos de arrendamento	1.179	1.273
	59.328	8.542
Passivo não circulante		
Financiamentos bancários com garantia	1.228.923	678.444
Passivos de arrendamento	1.613	190
	1.230.536	678.634

- (i) Contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., assinado em dezembro de 2021, no montante de R\$ 790.982 com a finalidade de financiar os investimentos da Fase 1-B nos aeroportos SBRF, SBJU, SBKG. Os desembolsos foram iniciados em agosto de 2022, com um prazo de 24 anos para pagamento e carência de 48 meses na amortização do saldo principal. As taxas acordadas são IPCA +1,66% a.a. (financiamento de SBJU e SBKG) e IPCA +2,02% a.a. (SBRF). Novos valores recebidos em 2023 com taxas IPCA +1,66% a.a. (financiamento de SBJU e SBKG) e IPCA +2,02% a.a. (SBRF).
- (ii) Contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A., assinado em março de 2022, no montante de R\$ 1.048.024 com a finalidade de financiar investimentos nos 6 aeroportos. Os desembolsos foram iniciados em julho de 2022, com um prazo de 22 anos para pagamento e carência de 20 meses na amortização do saldo principal. A taxa acordada é IPCA +7,56% a.a. para os financiamentos já capitados anteriormente e para os valores recebidos em 2023.

Em garantia do adimplemento dos contratos de financiamento indicados nos epígrafes i) e ii) (em conjunto, os contratos de financiamento BNB e BNDES) foi estabelecida penhora sobre a totalidade das ações da Companhia, e cessão fiduciária dos seus fluxos de efetivo (receitas tarifárias e não tarifárias, indenizações procedentes de apólices de seguro, e direitos emergentes de quaisquer naturezas derivados do contrato de concessão). Adicionalmente, os contratos estabelecem a constituição de contas reserva em garantia (nota explicativa nº 7). Finalmente, 50% do financiamentos do BNB i) acima está garantido pelo BNDES mediante fiança bancária paga em agosto de 2022 no valor R\$ 2.109.

Os contratos de financiamento BNB e BNDES estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* sendo que, em caso de descumprimento, não supõem o vencimento antecipado das dívidas, e sim impõem determinadas restrições à distribuição da remuneração ao acionista e à redução de capital (BNDES) ou a obrigatoriedade de rever o cronograma de amortização, se o coeficiente for inferior a 30%, ou de aumentar o saldo da conta garantia, se for superior a 70% (BNB):

Indicador	Desde 2023 até a data de vencimento, anualmente
EBITDA / (Gastos Financeiros + Dívida Financeira) Maior ou igual a:	1,30x
Patrimônio neto/Ativos totais Maior ou igual a:	>=20%
(Resultado líquido – Dividendos + amortização e <i>impairment</i>) / Pagamento do principal das dívidas	30% < X < 70%
Indicador	Desde 2022 até a data de vencimento, anualmente
EBITDA / (Gastos financeiros + Dívida Financeira) Maior ou igual a:	1,30x
Patrimônio neto/Ativos totais Maior ou igual a:	20%
(Resultado líquido – Dividendos + amortização e <i>impairment</i>) / Pagamento do principal das dívidas	30% < X < 70%

Os contratos de financiamento BNB e BNDES impõem outras restrições, sendo as principais:

- Realizar atos societários como mudança ou alteração do objeto social; cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra reorganização societária; sofrer alteração de controle, direto ou indireto; distribuição de dividendos acima do mínimo legal.
- Cessão, venda ou transferência, constituição de penhora, cessão fiduciária ou gravame sobre os ativos e direitos que garantem os financiamentos, exceto bens inservíveis ou substituídos por outros similares.
- Processo de caducidade/devolução da concessão e/ou outro processo que possa conduzir à sua terminação.
- Terminação ou vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNB.
- Assumir novas dívidas acima dos níveis previstos nos contratos sem autorização dos bancos.
- Realização de mútuo a empresas do mesmo grupo económico.
- Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio até 2025.
- Restrições ao pagamento de saldos a partes relacionadas.

A Administração confirma que nenhuma das restrições ou *covenants* foram descumpridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e, assim, tem classificado os financiamentos atendendo às datas do vencimento original.

A Companhia pagou em 2023 R\$ 1.487 (2022: R\$ 2.123) em conceito de tarifas bancárias, honorários de assessoramento e legais, tributo IOF e tarifa de fiança bancária, considerados em conjunto custos de captação de financiamentos e contabilizados como parte da taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 6.b). Na demonstração do fluxo de caixa os recursos procedentes dos financiamentos são mostrados líquidos dos custos de captação.

Os seguintes arrendamentos foram contratados pela Companhia: aluguel de salas de escritório corporativo, com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2021, pelo prazo de 2 anos; aluguel relativo à leitoras de cartão de embarque, pelo prazo de 3 anos, a partir de 2021; aluguel de equipamento de impressão pelo prazo de 24 meses; aluguel de equipamentos balanceadores de links, pelo prazo de 36 meses, contratados em 2022; aluguel de Radiocomunicadores iniciados em 2023, pelo prazo de 7 anos. Todos foram contabilizados conforme CPC 06(R2) IFRS16 – Arrendamentos (nota explicativa nº 6.1).

A Companhia realizou em 22 de abril de 2022 emissão de notas comerciais escriturais sem garantia em serie única, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, com o Banco Itaú BBA, S.A. como instituição intermediária, no montante de R\$ 300.000 (“as notas”). As notas tinham vencimento em outubro 2022 e taxa de juros de CDI+1,23% a.a. A Companhia liquidou as notas em agosto de 2022 depois do recebimento dos recursos procedentes dos financiamentos de longo prazo (i e ii acima). As notas impunham algumas restrições e *covenants* que, caso fossem descumpridos, teriam acarretado o vencimento antecipado da dívida. A Companhia permaneceu em cumprimento das condições em todo momento.

a. Cronograma da dívida em 31 de dezembro de 2023

A seguir, mostra-se o valor contábil (custo amortizado) das dívidas, classificado pelo ano de vencimento. Na nota explicativa nº 27 (iii), consta a informação sobre os fluxos contratuais.

	Financiamentos	Passivo de arrendamento	Total
2024	58.149	1.179	59.328
2025	16.258	443	16.701
2026	35.205	331	35.536
2027 em diante	1.177.460	839	1.178.299
	1.287.072	2.792	1.289.864

O cronograma da dívida a 31 de dezembro de 2022 era:

	Financiamentos	Passivo de arrendamento	Total
2023	7.269	1.273	8.542
2024	5.522	190	5.712
2025	7.085	-	7.085
2026 em diante	665.837	-	665.837
	685.713	1.463	687.176

b. Movimentação

	Financiamento	Passivos de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.921	2.580	71.501
Recursos de novos contratos líquidos de custo de captação	977.726	453	978.179
Juros incorridos	31.338	94	31.432
Juros pagos	(22.272)	(118)	(22.390)
Pagamento de passivos	(370.000)	(1.546)	(371.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	685.713	1.463	687.176
Novos recursos líquidos de custo de captação	562.536	3.064	565.600
Juros incorridos	110.438	149	110.587
Juros pagos	(71.615)	-	(71.615)
Pagamento de principal	-	(1.884)	(1.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.287.072	2.792	1.289.864

15 Partes relacionadas

a. Controladora

O controle da Companhia é da Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social. Aena S.M.E. S.A. é detentora do 100% do capital social de Aena Desarrollo Internacional S.M.E S.A.

b. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e demais partes relacionadas.

As transações com a controladora e com Aena S.M.E. S.A. foram reguladas no Acordo de Prestação de Serviços de Assessoramento e Apoio à Gestão (“Acordo”) assinado com as duas Companhias do Grupo, em 01 setembro 2020. Este Acordo, estabelece que o repasse das despesas incorridas por conta da Aena Brasil, especialmente durante a etapa pré-operacional da Companhia, assim como o preço baseado em custo mais *mark-up* de 6,98% para os serviços de assessoramento e apoio a gestão.

Na mesma data foi assinado um Acordo de suspensão, que suspendeu até 31 de dezembro de 2020, o faturamento e o pagamento das quantidades devidas sob o Acordo. O Acordo de suspensão foi renovado em 2021 até 28 de fevereiro de 2022, e em 02 de fevereiro de 2022 foi renovado até 28 de fevereiro de 2024.

As transações reconhecidas com partes relacionadas no exercício, em decorrência do acordo de prestação de serviços supramencionado, as quais ainda não foram faturadas, foram:

	2023	2022
Aena Desarrollo Internacional SME, SA - serviços e despesas (i)	102	343
Aena, SME, SA – serviços, despesas e outros (i)	2.227	3.722
	2.329	4.065

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

	2023	2022
Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.	10.159	28.465
Aena, S.M.E., S.A. (ii)	27.789	8.724
	37.948	37.189

Os saldos a pagar com partes relacionadas são estabelecidos em euro e foram convertidos para real aplicando a política contábil descrita na nota explicativa nº 6.a.

- (i) A Aena Brasil registrou transações com Aena, SME, S.A e com Aena Desarrollo Internacional SME, S.A., que suportaram a Companhia em suas operações. Referem-se, basicamente, à repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio, contabilizados como despesas gerais e administrativas por R\$ 2.219 (2022: R\$ 1.634) e com a aquisição do licenciamento e implantação dos sistemas para utilização nas atividades corporativas e operacionais da Companhia – sistemas informatizados em andamento por R\$ 17.179 (2022: R\$ 2.431), assim como reconheceu o montante de R\$ 3.779 referente a despesas com manutenção de sistemas operacionais, estes valores ficam classificados como outras contas a pagar.

- (ii) Foram implantados novos sistemas operacionais e corporativos em 2023, visando a melhoria dos serviços, segurança e das informações gerenciais em parceria com a Aena S.M.E. S.A.
- (iii) A Companhia celebrou acordo para compartilhamento de atividades corporativas com a parte relacionada Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. O acordo tem como objetivo a geração de sinergia na execução das atividades administrativas das Companhias, resultando no valor a receber de R\$ 835, registrado como "outros créditos" no ativo circulante. O referido contrato foi homologado junto ao órgão regulador ANAC.

Assim, em 31 de dezembro a Companhia possui os seguintes saldos de ativo (contas a receber com partes relacionadas) e transações que transitaram no resultado:

	2023	2022
Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S.A. (iii)	<u>835</u>	<u>236</u>
	835	236
Despesas gerais e administrativas compartilhadas (nota 25)	<u>8.337</u>	<u>-</u>
	8.337	-

c. Remuneração de pessoal chave

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R\$ 6.314 (R\$ 7.572 em 2022), correspondendo R\$ 4.326 a remuneração fixa e R\$ 1.808 a variável (2022: R\$ 5.932 fixa e R\$ 1.640 variável).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não mantém planos de previdência privada ou de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego para seu pessoal chave. A Companhia também não tem planos de remuneração baseados no valor de ações.

16 Impostos a recolher

O montante de impostos a recolher se refere aos seguintes impostos:

	2023	2022
IRRF	176	191
PIS (a)	959	515
COFINS (a)	4.433	2.406
ISSQN	4.022	5.082
INSS	829	2.892
CIDE (a)	2.700	819
CSRF	<u>1.123</u>	<u>3.209</u>
	14.242	15.114

- (a) Provisão de impostos sobre serviços contratados no exterior.

17 Passivos fiscais correntes e diferidos

Passivos fiscais correntes	2023	2022
Imposto de renda	1.097	2.691
Contribuição social	<u>345</u>	<u>1.711</u>
	1.442	4.402

Passivos fiscais diferidos	2023	2022
Imposto de renda (a)	19.939	-
Contribuição social (a)	<u>7.169</u>	<u>-</u>
	<u>27.108</u>	<u>-</u>

- (a) Constituição de passivo fiscal diferido principalmente por diferenças temporárias de custo de captação de financiamentos, juros capitalizados e diferenças de amortização nos exercícios com provisão de *impairment*.

Na Nota 10, “d”, é apresentada a movimentação por tipo de diferença temporária, e o montante do imposto de renda diferido reconhecido no balanço patrimonial e a movimentação realizada nos exercícios de 2023 e 2022.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

Aqui são demonstradas as obrigações com pessoal decorrentes da folha de pagamento, além dos encargos sociais a recolher, como INSS, Imposto Sobre Seguridade Social e IRRF, Imposto de Renda Retido na Fonte, assim como o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos incidentes sobre a folha de pagamentos e que serão recolhidos até a data do respectivo vencimento.

	2023	2022
Remuneração variável	6.657	5.755
Provisões para férias	4.077	4.138
INSS a recolher	2.190	2.058
IRRF sobre FOPAG	1.891	1.453
FGTS a recolher	546	605
Ordenados e salários	93	139
Contribuição sindical	<u>6</u>	<u>-</u>
	<u>15.460</u>	<u>14.148</u>

19 Provisões de contas a pagar

As provisões de contas a pagar referem-se em geral a serviços tomados, conforme acordos estabelecidos com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suportes não foram fornecidos dentro do exercício. Em 2023 tivemos redução no número global com aumento apenas nos serviços de bombeiros.

	2023	2022
Serviços de bombeiros (a)	34.906	28.800
Serviços de engenharia, construção e serviços (CAPEX) (b)	32.554	47.238
Consumos (Energia, Água, Combustíveis e Materiais)	2.962	2.171
Outros serviços de terceiros	<u>6.939</u>	<u>5.812</u>
	<u>77.361</u>	<u>84.021</u>

- (a) A linha de serviços de bombeiros corresponde as contraprestações, devidas aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados em que Companhia opera. Os serviços englobam a execução das atividades especializadas de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeronaves e instalações aeroportuárias.
- (b) Provisões para contratos de execução das obras (EPC), e serviços de engenharia, arquitetura e outros relacionados as ampliações dos aeroportos.

20 Outras contas a pagar

Contemplam obrigações como prêmios de seguros, reembolsos a pagar, adiantamentos de clientes, cauções e outras obrigações, demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Cauções de terceiros (a)	5.382	1.907
Adiantamento de clientes (b)	154	141
Valores a repassar a terceiros (c)	160	28
Apólices de seguros (d)	490	4.117
Outras contas a pagar (e)	4.202	1.319
	10.388	7.512

- (a) As cauções de terceiros referem-se à valores antecipados pelos clientes ou fornecedores, com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações contratuais.
- (b) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores antecipados pelos clientes, como garantia de suas obrigações de pagamento das tarifas pelo direito de uso dos aeroportos.
- (c) Valores a repassar a terceiros referem-se aos valores correspondentes aos repasses sobre tarifas de embarque internacional e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), incidentes sobre os voos internacionais.
- (d) Prêmios de seguros de responsabilidade civil de operações aeroportuárias pendentes de pagamento.
- (e) Valores referentes as provisões de despesas com manutenção de sistemas.

21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais ou administrativas de natureza civil, trabalhista e tributária resultante do curso normal de seus negócios. Possuindo processos avaliados pelos consultores jurídicos com risco possível, para os quais não foram constituídas provisões, e risco provável, cuja provisão foi devidamente constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e IAS37, conforme apresentado a seguir:

	2023	2022
Processos com risco possível		
Trabalhistas (a)	68	2.412
Tributários (b)	8.270	13.237
Cíveis (c)	43.158	9.051
	51.496	24.700
Processos com risco provável		
Trabalhistas (a)	-	-
Tributários (b)	247	240
Cíveis (c)	6.489	2.442
	6.736	2.682
Circulante	6.489	2.442
Não circulante	247	240
	6.736	2.682

	2023	2022
Processos favoráveis com risco possível		
Cíveis (c)	38.266	-
	38.266	-

A seguir, está demonstrada a movimentação no exercício:

	Riscos trabalhistas	Riscos tributários	Riscos cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições	-	240	2.442	2.682
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	240	2.442	2.682
Adições	-	7	4.047	4.054
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	247	6.489	6.736

a. Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b. Riscos tributários

Em 21 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu da Prefeitura de Rio Largo/AL um documento de arrecadação municipal referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) no valor total de R\$ 4.265, referente ao Aeroporto Internacional de Maceió/Zumbi dos Palmares, que fica dividido entre os municípios de Maceió/AL e Rio Largo/AL.

Como o fato gerador do IPTU ocorre em 1º de janeiro de cada exercício civil, a administração entende que o Município de Rio Largo/AL não pode cobrar da Companhia o tributo referente ao ano de 2020, eis que nesta data a Aena Brasil não havia assumido a operação do Aeroporto. Ademais, a cobrança da Prefeitura de Rio Largo não apresentou qualquer critério de cobrança (base de cálculo, fato gerador, inscrição municipal), inclusive sem mencionar o fato de que a área física do Aeroporto de Maceió está dividida entre dois municípios.

Finalmente, considerando que o IPTU é um tributo cobrado a partir da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel, que a posse precária está excluída de tais hipóteses, e considerando o próprio Contrato de Concessão, pelo qual a União Federal não deixou e não deixará de ser proprietária do imóvel em questão, a administração entende que a Companhia exerce uma posse precária, principalmente porque os bens serão revertidos ao final da concessão, e que assim, o IPTU não é devido.

A Companhia iniciou processo administrativo a partir da Reclamação contra o lançamento, protocolada em 19 de fevereiro de 2020, ainda não resolvida até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

Em 02 de junho de 2022, foi recebida cobrança de IPTU da Prefeitura Municipal de Aracaju, referente aos períodos de 2021 e 2022 no valor de R\$ 5.415, este processo foi encerrado em 2023. A partir das avaliações de riscos dos assessores da Companhia, foi realizada provisão no valor de R\$ 247, devido indicação de classificação de risco como provável para IPTU de 2023.

c. Riscos cíveis

Processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas e outros), fornecedores, órgãos reguladores, ambientais ou de controle sanitário, além de usuários, relativos a pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigações a fazer, ou outras naturezas, sendo os valores provisionados referente aos processos descritos abaixo:

Em 2023 a Companhia realizou provisões de processos administrativos principalmente ligados as questões inerentes as obras da fase - 1B no valor de R\$ 6.201, conforme definido nas fases de execução previstas no Contrato de Concessão. Sendo provisionados valores correspondentes a processos cuja indicação da assessoria jurídica aponta classificação de risco como provável.

A companhia iniciou um procedimento arbitral, para realização de perícia, vistoria e inspeção do estado atual das obras, dos aeroportos de SBMO, SBJU e SBAR, para embasamento dos pleitos requeridos por parte da companhia no valor de R\$ 38.266 referente a atrasos no cronograma de entregas e ineficiência na execução dos itens previstos no contrato EPC, em contrapartida o consórcio responsável pela execução das obras apresentou pleito no valor de R\$ 35.000, com o argumento de que a execução das obras previstas no Contrato EPC teria sofrido imprevistos e intercorrências não atribuíveis aos requerentes, que os levaram a arcar com custo adicional de novas providências ou soluções. Os valores possuem análise de risco possível.

22 Patrimônio líquido

Capital social

Em 15 de junho de 2020 foi integralizado o capital social restante no valor de R\$ 105 totalizando um capital de R\$ 2.389.000, referente a 2.389.000.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas.

Em 2023, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 617.674, após compensação do prejuízo acumulado de R\$ 491.074, foram destinados R\$ 126.599, sendo R\$ 6.330 de reserva legal e R\$ 120.269 para reserva de lucros.

A deliberação para retenção do lucro, ocorreu em razão do disposto no contrato de financiamento celebrado com o BNDES, que tem define, como condição precedente o impedimento para realização de pagamento de dividendos antes de 2025, com base em cláusulas restritivas (*convenant*) do referido financiamento. Portanto, o lucro apurado no exercício de 2023 ficou retido, utilizando-se, para tanto, a conta de Reserva de Lucros, com base no disposto no art. 202 §3º, II c/c art. 196 LSA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a totalidade das ações são de propriedade de Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. Como indicado na nota explicativa nº 14, existe penhora sobre a totalidade das ações da Companhia em garantia dos financiamentos de longo prazo, bem como restrições ao pagamento de dividendos e outras operações societárias.

23 Receitas operacionais

No quadro seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas:

	2023	2022
Receitas tarifárias	374.593	318.897
Receitas não tarifárias	162.822	149.357
Receita por prestação de serviço de construção	713.079	723.031
Outras receitas – venda de sucata	67	157
(Redutoras)		
Impostos sobre receitas tarifárias e não tarifárias	(68.753)	(59.932)
Cancelamentos e abatimentos (i)	(714)	(3.591)
Descontos (ii)	(1.906)	1.139
	1.179.188	1.129.058

- (i) Os abatimentos correspondem a concessão de descontos para clientes comerciais e imobiliários (receitas não tarifárias) nas rendas fixas ou mínimas das cessões de espaço, baseados nos níveis de atividade dos respectivos aeroportos; e suspensão dos contratos de cessão de locais nos aeroportos ou áreas fechadas ao tráfego ou com restrições normativas a seu uso.
- (ii) Em 2023, reversão das provisões dos descontos de incentivos realizados até as operações realizadas no primeiro semestre.

No quadro seguinte, apresenta-se a composição líquida das receitas:

	2023	2022
Receitas tarifárias	321.579	277.341
Receitas não tarifárias	144.530	128.687
Receita por prestação de serviços de construção	713.079	723.030
	1.179.188	1.129.058

Em 2023 as receitas tarifárias líquidas incluíram R\$ 28.272 (2022: R\$ 10.044) de compensação do desequilíbrio do contrato de concessão (nota explicativa nº 1).

24 Custos dos serviços prestados

O custo por prestação de serviço de construção - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão.

	2023	2022
Custos de prestação de serviço de construção	(713.079)	(723.030)
Serviços (a)	(144.276)	(111.429)
Depreciação e amortização	(111.623)	(53.497)
Custos com pessoal	(26.220)	(24.965)
Seguros	(6.030)	(5.242)
Materiais e consumos	(5.432)	(28.769)
Outros(b)	(7.798)	(2.246)
	(1.014.478)	(949.178)

- (a) Os custos dos serviços prestados referem-se substancialmente aos serviços voltados para a operação, limpeza, manutenção, conservação e segurança dos aeroportos, a ampliação dos aeroportos aumentou a demanda.
- (b) Adições com custos com bombeiros.

25 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal	(44.295)	(37.041)
Serviços	(9.560)	(7.979)
Outros	(5.996)	(2.541)
Rateio de despesas corporativas ANB x BOAB (a)	8.337	-
	(51.514)	(47.561)

- (a) A Companhia firmou acordo para compartilhamento e rateio das atividades corporativas com a Bloco de Onze Aeroportos do Brasil (BOAB), vide nota explicativa nº 15.

26 Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	30.821	32.178
Variação cambial	4.052	4.417
Juros obtidos e multas	2.528	1.994
	37.401	38.589
Despesas financeiras		
Despesa com IOF	(140)	(911)
Juros sobre os financiamentos à taxa efetiva	(110.587)	(31.379)
Capitalização dos juros (nota 12)	57.639	5.395
Outros	(2.589)	(845)
	(55.677)	(27.740)
Resultado financeiro líquido	(18.276)	10.849

27 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, nem em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

(i) Instrumentos financeiros por categoria

				2023		
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Ativo						
Caixa e bancos	7	126.034	-	-		
Aplicações financeiras	7	56.737	-	-		
Contas a receber de clientes	8	-	58.029	-		
Passivo						
Fornecedores	13	-	-	75.479		
Financiamentos	14	-	-	1.287.072		
Passivo de arrendamento	14	-	-	2.792		
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.948		
Outras contas a pagar	20	-	-	10.388		
		182.771	58.029	1.413.679		
				2022		
	Nota	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Ativo						
Caixa e bancos	7	788	-	-		
Aplicações financeiras	7	244.860	-	-		
Contas a receber de clientes	8	-	39.671	-		
Passivo						
Fornecedores	13	-	-	110.812		
Financiamentos	14	-	-	685.713		
Passivo de arrendamento	14	-	-	1.463		
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	-	37.189		
Outras contas a pagar	20	-	-	7.512		
		245.648	39.671	842.689		

A Administração entende que, com exceção dos financiamentos com vencimento longo prazo, as operações mensuradas a custo amortizado se encaixam no perfil de instrumentos cujo valor contábil é uma boa aproximação do seu valor justo, de acordo com o parágrafo 25 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros.

O valor justo dos financiamentos longo prazo em 2023 foi estimado em R\$ 1.027.293 (2022: R\$ 643.753). Para o cálculo do valor justo de estes financiamentos, foram descontados os fluxos contratuais projetados, às seguintes taxas de mercado providenciadas pelo assessor financeiro da Companhia: 2024 - IPCA 3,2+7,6%; 2025 - IPCA 4,52+7,60%; 2026 - IPCA 4,0 + 7,60% e 2027 em diante IPCA 4,0 + 7,6%.

(ii) Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo de R\$ 182.771 (2022: R\$ 245.648) de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os saldos em caixa, bancos e aplicações financeiras têm seu valor justo idêntico aos saldos contábeis (Nível 1).

(iii) Detalhe dos fluxos contratuais

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2023:

	Nota	2024	2025	2026	2027 em diante
Ativo					
Contas a receber de clientes	8	58.029	-	-	-
Passivo					
Fornecedores	13	75.479	-	-	-
Financiamentos	14	58.149	16.258	35.205	1.177.460
Arrendamentos	14	1.179	443	331	839
Contas a pagar - partes relacionadas	15	37.948	-	-	-
Outras contas a pagar	20	10.388	-	-	-
		153.924	17.382	36.269	1.206.104

Apresentamos abaixo os fluxos contratuais dos instrumentos financeiros considerando as taxas de juros aplicáveis em 31 de dezembro de 2022:

	Nota	2023	2024	2025	2026 em diante
Ativo					
Contas a receber de clientes	8	39.671	-	-	-
Passivo					
Fornecedores	13	110.812	-	-	-
Financiamentos	14	7.269	42.994	36.538	1.015.435
Arrendamentos	14	1.273	190	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	15	-	37.189	-	-
Outras contas a pagar	20	7.512	-	-	-
		126.866	80.373	36.538	1.015.435

(iv) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de taxas de juros e inflação;
- (c) Risco de taxa de câmbio; e
- (d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Companhia não utiliza instrumentos de cobertura derivativos para cobrir sua exposição a estes riscos.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*, ou de capital público.

A Companhia também gere o risco de crédito das contas a receber de clientes estabelecendo entrega de caução ou fiança para determinados contratos de cessão de área, e a entrega de caução ou pagamento antecipado para clientes aeronáuticos de Grupo I em situação de atraso nos pagamentos. Os valores de caução ou antecipados a 31 dezembro 2023 estão refletidos a seguir:

	2023	2022
Adiantamento de clientes	154	141
Caução recebida	5.396	604
Fiança bancária	6.918	44
Seguro caução	43.975	19.026
	56.443	19.815

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI que afetam a remuneração das aplicações financeiras e dos financiamentos de curto prazo (até sua liquidação em março 2024 - dezembro 2024) e à variação da taxa IPCA registrada como juros nos financiamentos de longo prazo (desde julho 2022). A Companhia não utiliza derivativos nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco, existindo uma forte cobertura natural do risco, visto que a atualização tanto das receitas tarifárias previstas no Contrato de Concessão, quanto das não tarifárias previstas nos respectivos contratos comerciais, está vinculada também a índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de câmbio flutuantes, principalmente relacionadas às variações do câmbio euro/R\$, nas contas a pagar a partes relacionadas (nota explicativa nº 15). A Companhia não utiliza derivativos nem outros instrumentos de cobertura para gerenciar este risco.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. Na seção (iii) acima é apresentado o detalhe dos fluxos contratuais. A Administração gere o risco de liquidez decorrente de estes fluxos contratuais com a caixa e equivalentes a caixa disponíveis, as aplicações financeiras e os fluxos de caixa decorrentes de

suas operações. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

(v) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de juros (CDI e IPCA) foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I* provável	Cenário II adverso possível	Cenário III adverso extremo
CDI(*) - Alta	10,35%	12,93%	15,52%
CDI(*) - Baixa	10,35%	7,76%	5,17%
IPCA(*) - Alta	3,82%	4,78%	5,74%
IPCA(*) - Baixa	3,82%	2,87%	1,91%

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma queda e uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações dos juros sobre os respetivos contratos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I provável	Cenário II adverso possível	Cenário III adverso extremo
CDB	Baixa do CDI	9.736	7.301	4.866
Financiamentos	Alta do CDI	74.912	82.248	89.587

Em 31 de dezembro de 2023 os prazos das aplicações referente aos contratos de CDB possuem prazo de 365 dias (365 dias em 2022) e as aplicações vinculadas as contas garantidas do Banco do Nordeste possuem o prazo de 721 dias (1.461 dias em 2022), com possibilidade de resgate imediato.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenários na taxa de câmbio euro/real foram consideradas a seguir:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II adverso possível	Cenário III adverso extremo
R\$/ € (*)	R\$5,80	R\$7,25	R\$ 8,69

Para os dois cenários adversos na taxa de câmbio €/R\$, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50%

como cenário adverso extremo (cenário III). Os referidos percentuais refletem as políticas financeiras da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os valores resultantes das variações da taxa de câmbio sobre os saldos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024. Os valores mostrados se apresentam líquidos de PIS/COFINS, IRPJ e CSLL.

Instrumento	Risco	Cenário I provável	Cenário II adverso possível	Cenário III adverso extremo
Contas a pagar – Partes relacionadas (variação cambial)	Alta €	2.030	8.558	15.040

28 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Os seguros são registrados no Balanço em despesas antecipadas e apropriados aos resultados conforme o período de vigência das apólices.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros vigentes são:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 221.810
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*) principal	R\$ 2.718.585
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*) excesso	R\$ 1.210.175
Riscos Operacionais (Danos materiais) – Aeroporto e Escritório	R\$ 300.000
Risco de Engenharia (**)	R\$ 572.000
Seguro de Risco Cibernéticos (***)	R\$ 240.705

(*) Valor em Dólar USD 561.610 para o valor principal e 250.000 para o valor de excesso, convertido em Reais na cotação de 31/12/2023 do Dólar comercial USD 1/R\$- 4,8407 – Fonte Banco Central do Brasil

(**) Risco de Engenharia para o Aeroporto Internacional Gilberto Freire – SBRF; para as demais vigências encerradas

(***) Valor em Euros 45.000 €, convertidos em Reais na cotação de 31/12/2023 do Euro comercial 1,00€/ R\$ 5,349 – Fonte Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros vigentes foram:

Riscos	Importância segurada
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$ 212.035
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*) principal	R\$ 2.884.065
Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários (*) excesso	R\$ 1.579.790
Danos materiais – aeroporto e escritório administrativo	R\$300.000
Risco de Engenharia (**)	R\$ 1.213.489
Seguro de Risco Cibernéticos (***)	R\$ 250.497

(*) Valor em Dólar USD 552.810 para o valor principal e 302.810 para o valor de excesso, convertido em Reais na cotação de 31/12/2022 do Dólar comercial USD 1/R\$- 5,2171 – Fonte Banco Central do Brasil

(**) Seguro contratado para cobertura de possível sinistros nas obras da Fase I-B (nota 1)

(***) Valor em Euros 45.000 €, convertidos em Reais na cotação de 31/12/22 do Euro comercial 1,00€/ R\$ 5,5666 – Fonte Banco Central do Brasil.

29 Compromissos assumidos

a. Investimentos

Durante o exercício de 2023, foram concluídas todas as entregas obrigatórias previstas no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) do Contrato de Concessão, com a realização dos investimentos obrigatórias referentes as obras de melhorias da infraestrutura aeroportuária, restando alguns serviços complementares que estão em execução e com planejamento para finalização no decorrer do 1º trimestre de 2024 no Aeroporto de Recife.

Nos casos dos Aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro, já foram iniciadas as contratações e execução dos itens pendentes de finalização, os quais contemplam apenas itens de melhorias, sem comprometimento das entregas obrigatórias previstas no Contrato de Concessão.

Outras obras estão previstas para iniciar em 2024, visando melhorar a qualidade dos serviços e a experiência dos nossos clientes, tais como retrofit do Sistema de Climatização do Terminal de Passageiros (SBRF), implantação de Terminal Intermodal (SBRF), implantação de sistema ALS (SBRF e SBMO), execução de projetos de pavimentos (SBRF, SBMO e SBJP), entre outros.

Desta forma, a Administração avalia que não existiram descumprimentos de suas obrigações contratuais, uma vez que os investimentos mandatórios foram finalizados nos prazos contratuais.

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação das alíquotas apresentadas na seguinte tabela, sobre a receita bruta da Companhia.

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo (2019-2023)	-
Quinto ano (2024)	1,63%
Sexto ano (2025)	3,27%
Sétimo ano (2026)	4,90%
Oitavo ano (2027)	6,53%
Até o final da concessão (2028-2049)	8,16%

Consequentemente, a Companhia ainda não iniciou o pagamento de contribuição variável.

30 Demonstração dos fluxos de caixa - Transações sem efeito caixa

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 7.

(ii) Informações suplementares

Na tabela abaixo são apresentadas as principais transações que não envolveram caixa no exercício:

	2023	2022
Atividades de investimentos		
Adições do imobilizado (nota 11)	(3.739)	(453)
<i>Movimentação:</i>		
Arrendamento	3.065	-
	<u>(674)</u>	<u>(453)</u>

Adições do intangível (nota 12)	(763.453)	(829.628)
<i>Movimentação:</i>		
Arrendamento	-	(1.463)
Juros capitalizados	58.989	5.395
Crédito de PIS/COFINS sobre o intangível	(71.038)	(80.870)
Aquisições de intangíveis pendentes de pagamento - Fornecedores	45.623	67.845
Aquisições de intangíveis pendentes de pagamento - Provisões	32.553	49.873
	(697.326)	(788.848)

São ajustadas as adições ao intangível liquidadas em períodos passados, deduzidos os juros capitalizados e adicionados os créditos de PIS e COFINS sobre aquisições do intangível, além dos saldos passivos de fornecedores de obra e provisões de fornecedores de intangível, com suas respectivas variações.

31 Arrendamentos

A seguir é proporcionada a informação sobre arrendamentos requerida pelo CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamento de forma direta ou por referência a outras notas destas demonstrações financeiras:

Ativos de direito de uso	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte do Imobilizado (nota 11)
Passivos de arrendamento	Incluídos nos Balanços Patrimoniais como parte de Financiamentos e Arrendamentos (nota 14)
Juros sobre passivos de arrendamento	Nota 14
Encargos de depreciação para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente	Nota 11
Saídas de caixa totais para arrendamentos	Nota 14
Adições a ativos de direito de uso;	Nota 11
Valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período de relatório por classe de ativo subjacente	Nota 11
Análise de vencimento de passivos de arrendamento	Nota 27
Outras informações sobre os arrendamentos	Nota 14

32 Eventos subsequentes

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A, divulgou fato relevante em 26 de janeiro de 2024, informando que a *Nova York Stock Exchange* ("NYSE") notificou a Companhia que, como resultado do protocolo de petições voluntárias da Companhia em 25 de janeiro de 2024 sob o *Chapter 11 of the United States Bankruptcy Code in the U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*, suspendeu a negociação das American Depositary Receipts da Companhia (as "ADSs") e solicitará o cancelamento da listagem dos ADSs na *Securities and Exchange Commission*.

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A teve os títulos excluídos dos índices IBOVESPA (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo) ao seu preço de fechamento após o pregão regular de 30/01/2024, as ações seguem sendo negociadas, mas passaram a ser listadas como Outras condições.

Até o presente, as operações da Companhia nos aeródromos geridos pela Aena Brasil não sofreram impactos, bem como a liquidação dos recebíveis foi realizada em janeiro de 2024 conforme programação financeira. A Administração continuará acompanhando a evolução dos eventos relacionados à esta recuperação judicial da GOL.

* * *

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés
Presidente

Rodrigo Marabini Ruiz Conselheiro	José Leo Vizcaíno Conselheiro	Juan Carlos Alfonso Rubio Conselheiro	María José Cuenda Chamorro Conselheira
Antonio Fernández Poyato Conselheiro	Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano Conselheiro	Noelia Martínez Morato Conselheira	

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano Diretor Presidente	Joaquín Rodríguez Guerrero Diretor Geral
Rodrigo Almeida Rosa Diretor Econômico-Financeiro	Renata de Abreu Martins Diretora de Assessoria Jurídica

Raúl Moya González
Diretor de Operações, Infraestrutura e TI

Ana Claudia Santos
Contadora
CRC: PE-031.931/O-1